

EXAME NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO

12.º Ano de Escolaridade (Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto)
Cursos Gerais — Agrupamentos 3 e 4

Duração da prova: 120 minutos
2002

1.ª FASE
2.ª CHAMADA

PROVA ESCRITA DE FILOSOFIA

Leia atentamente as instruções:

- Esta prova é constituída por 2 (dois) grupos de questões:
 - **GRUPO I** – 3 (três) questões.
 - **GRUPO II** – 1 (uma) questão.
- A indicação do número de palavras tem um carácter meramente orientador do grau de desenvolvimento da resposta.
- A inadequação das suas respostas às questões formuladas implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.

V.S.F.F.

114/1

GRUPO I

- Seleccione **apenas um** dos textos transcritos e responda às três questões que lhe são colocadas acerca desse texto e da obra a que pertence.
- Na resposta às questões 1 e 2 deverá utilizar, em cada uma, aproximadamente 10 linhas (cerca de 80 palavras).
- Na resposta à questão 3 deverá utilizar, aproximadamente, 40 linhas (cerca de 320 palavras).
- A mera transcrição de frases do texto implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.
- A não manifestação do conhecimento da obra implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.

TEXTO

6. Força é que o que se pode dizer e pensar seja; pois lhe é dado ser, e não ao que nada é. Isto te ordeno que medites.
Deste primeiro caminho de investigação, eu te afasto,
e logo daquele também, no qual vagueiam os mortais
que nada sabem, homens de duas faces. Pois a incapacidade
lhes dirige no peito a mente errante. E eles são levados,
cegos e surdos a um tempo, estupefactos, multidão sem discernimento,
que julgam que ser e não ser ora valem o mesmo,
ora não valem, e que para tudo o caminho é reversível.
7. Jamais poderá forçar-se a demonstração de que existe *o que não é*.
Mas nas tuas investigações afasta o espírito desta senda.
Não vá compelir-te a este caminho o costume mui experimentado,
deixar dominar olhos que não vêem, sons retumbantes
e a língua, mas julga com a razão a prova muito contestada,
aquela que eu referi.
8. (...) Sobre a humana opinião aprende,
a partir de agora, escutando a ordem ilusória das minhas palavras.
Entenderam que haviam de dar nome a duas formas;
a uma, não deviam fazê-lo, e nisso eles erraram.
Distinguiram-nas como de forma contrária, e puseram-lhes marcas
diferentes uma da outra: a uma o fogo etéreo da chama,
brando, muito leve, em toda a direcção igual a si mesmo,
mas não idêntico ao outro; esse é o contrário daquele,
a noite sem luz, um corpo espesso e pesado.
A ordenação cósmica eu ta anuncio toda ela, como é própria;
assim nenhum conhecimento dos mortais alguma vez te transviará.

Frag. 6-7; 8, vv. 51-61, in M. Helena da Rocha Pereira,
Hélade, Coimbra, FLUC, 1990, pp. 130-131, 132-133

QUESTÕES

1. Explique, recorrendo ao texto, a ilegitimidade da via da opinião.
2. Justifique, com base no texto, o imperativo «julga com a razão».
3. Esclareça a relevância do excerto no contexto global da obra.

V.S.F.F.

TEXTO

SÓCRATES – (...) E da retórica que se destina ao povo de Atenas e aos povos das outras cidades, todas constituídas por homens livres, que devemos nós pensar? Achas que os oradores falam sempre com vista ao maior bem, na preocupação constante de melhorar os cidadãos com os seus discursos, ou que o seu empenho se cifra em agradar ao povo, pospondo o interesse comum ao seu interesse particular e tratando os cidadãos como crianças, a quem tentam agradar a todo o custo, sem curar de saber se os tornam melhores ou piores com estes processos?

CÁLICLES – A tua pergunta exige que se faça uma distinção: há oradores que falam tendo em vista o interesse público e outros que são, na verdade, como tu dizes.

SÓCRATES – Admitamos que sim: se há, de facto, dois aspectos a considerar nesta questão, teremos uma eloquência política que não é mais do que uma adulação e uma vergonha, e outra que é bela e vive empenhada em melhorar o mais possível as almas dos cidadãos, esforçando-se sempre por dizer o melhor, seja ou não agradável ao auditório. Mas tu nunca viste uma retórica deste segundo tipo. Se, no entanto, me podes indicar um orador deste género, porque não me dizes já quem é?

CÁLICLES – Não, por Zeus, nos oradores actuais não vejo nenhum assim.

SÓCRATES – Pois bem, e entre os antigos podes nomear-me algum, graças ao qual os atenienses se tenham modificado para melhor, desde que ele começou a dirigir-lhes a palavra? Eu, pela minha parte, não conheço nenhum.

CÁLICLES – O quê?! Desconheces os méritos de Temístocles, Címon, Milcíades e deste Péricles que há pouco morreu, e que tu próprio escutaste?

SÓCRATES – Se o verdadeiro mérito consiste, como disseste, em satisfazer os desejos próprios e os alheios, não tenho nada a opor. Mas se não é assim, se o mérito, como fomos levados a admitir na nossa discussão, reside em satisfazer apenas aqueles desejos que nos tornam melhores, em vez daqueles que nos tornam piores, e a isto chamámos nós uma arte, podes dizer-me qual é destes oradores aquele que apresenta tais características?

CÁLICLES – Não sei o que te hei-de responder.

SÓCRATES – Procura bem que hás-de encontrar. Mas examinemos com calma se alguma das pessoas citadas obedece a estas condições. Vejamos: o homem virtuoso, que não fala senão com vista ao maior bem, procede nos seus discursos ao acaso ou com um fito determinado? Creio que sucede com eles o mesmo que com todos os artistas, que, de olhos fixos na sua tarefa, não empregam ao acaso os materiais que utilizam, mas os escolhem de molde a que o trabalho a realizar adquira a forma desejada. Vê, por exemplo, os pintores, os arquitectos, os construtores navais e todos os outros artistas: qualquer deles coloca por uma certa ordem as diversas partes do seu trabalho, obrigando cada uma delas a ajustar-se e a harmonizar-se com as outras, até compor um todo em que reine o sistema e a proporção. Do mesmo modo, os outros artífices de que há pouco falámos, e que se ocupam do corpo, os mestres da ginástica e os médicos, procuram formar o corpo na ordem e no equilíbrio. Podemos assentar nisto ou não?

CÁLICLES – Seja assim.

502d-504a, Lisboa, Edições 70, 1992, pp. 169-171

QUESTÕES

1. Explique, com base no texto, de que modo deve ser praticada a arte política.
2. Explícite, recorrendo ao texto, a tese socrática sobre os políticos de Atenas.
3. Esclareça a relevância do excerto no contexto global da obra.

TEXTO

[Sócrates] – [...] Sempre que, ao veres um dado objecto, a visão desse mesmo objecto te transporte à ideia de outro, seja ele igual ou diverso, é necessariamente um caso de reminiscência.

[Símas] – Sem dúvida alguma.

– Vejamos, e o que nos diz a experiência relativamente à igualdade dos troncos e de outros objectos iguais que mesmo há pouco referíamos: parece-nos a nós que essa igualdade existe no mesmo plano que o Igual em si? Ou que carece ou não, em determinado grau, desse mesmo Igual para se identificar com ele?

– Claro que carece – respondeu –, e bastante.

– Ora bem, estamos de acordo: quando uma pessoa olha para um dado objecto e reflecte de si para si: «este objecto que tenho diante dos olhos aspira a identificar-se com determinada realidade, mas está longe de poder identificar-se a ela e é-lhe, pelo contrário, bastante inferior» –, ao fazer tais reflexões é porque, suponho, conhecia já essa tal realidade, à qual, segundo ela, se assemelha o objecto em causa, embora bastante imperfeitamente?

– Por força.

– Vejamos, se é também isto ou não o que a experiência nos diz quanto às coisas iguais e ao Igual em si?

– Absolutamente.

– O que implica, portanto, que tivéssemos já tido um conhecimento do Igual anteriormente à altura em que, ao vermos pela primeira vez coisas iguais, nos apercebemos de que igualdades deste tipo tendem, todas elas, a identificar-se com o Igual em si, embora lhe fiquem bastante aquém?

– Nem mais nem menos.

– E nisto ainda estamos também de acordo: a noção que temos do Igual, de forma alguma poderia ter-se formado em nós a não ser por intermédio da vista, do tacto ou de qualquer um dos outros sentidos. E o que digo é válido para todos os casos do mesmo género.

– O processo é de facto o mesmo, Sócrates, pelo menos no sentido em que o argumento pretende demonstrar.

– Terá, pois, de ser através dos dados dos sentidos que nos apercebemos de que as realidades sensoriais tendem sempre para essa realidade do Igual, embora lhe fiquem bastante aquém. Ou não é isso o que diremos?

– Isso mesmo.

– Donde se segue que, antes de começarmos a ver, a ouvir, a gozar dos restantes sentidos, deveríamos já ter um conhecimento do Igual em si, daquilo que de facto é; sem o que não seria possível tomá-lo como ponto de referência das realidades sensoriais, ou seja, de todas essas que, aspirando por um lado a assimilar-se a ele, lhe são, por outro, inferiores.

74c-75b, Coimbra, Livraria Minerva, 1988, pp. 69-70

QUESTÕES

1. Caracterize, com base no texto, as «realidades» referidas pelos termos «coisas iguais» e «Igual em si».
2. Explícite, recorrendo ao texto, o papel dos sentidos na reminiscência.
3. Esclareça a relevância do excerto no contexto global da obra.

V.S.F.F.

TEXTO

É por conseguinte com razão que, depois das substâncias primeiras, entre todas as outras coisas, só a espécie e o género são nomeáveis substâncias segundas, porque, entre todas as coisas que se predicam, só elas exibem a substância primeira. O que é o homem determinado é dito de uma forma mais própria através da espécie, homem, do que através do género, animal. Em contrapartida, dizer do homem qualquer outra coisa seria tornar a explicação imprópria, como, por exemplo, se dissermos que ele é branco, ou que ele corre, ou predicados análogos. Assim, é evidente que só a espécie e o género se denominam substâncias segundas, para além das substâncias primeiras.

Outro argumento: as substâncias primeiras, porque são sujeitos de todas as outras coisas, são por isso nomeadas substâncias na estrita acepção da palavra. Assim como as substâncias primeiras estão para todas as outras coisas, também as espécies e os géneros das substâncias primeiras estão para todas as demais; daqueles, com efeito, tudo o resto é predicado. Pois se dizes que certo homem é gramático, dizes que é gramático o homem e o animal. E assim nos demais casos.

Propriedade comum a toda a substância é não estar no sujeito, porque isso a que chamamos substância primeira não pode estar num sujeito, nem é predicável de qualquer sujeito. E quanto às substâncias segundas também é claro, pelas razões a seguir, que não estão num sujeito. Em primeiro lugar, a espécie homem é predicada de um homem, mas homem não está num sujeito, porque homem não é uma parte de algum homem. O género animal, com efeito, predica-se assertivamente deste ou daquele homem, mas não está nele. Em segundo lugar, cumpre ter em conta que, quando uma coisa está num sujeito, nada nos impede de predicar o seu nome do sujeito, mas nesse caso é impossível predicar a sua definição. Ora, nas substâncias segundas, o nome e a definição são predicados do sujeito. A definição da espécie – homem – e a do género – animal – são predicados de um dado homem, de onde se segue que a substância não se conta no número das coisas que estão num sujeito.

2b29-3a21, in *Organon*, Lisboa, Guimarães Editores, 1985, pp. 51-53 (adaptado)

QUESTÕES

1. Explícite, recorrendo ao texto, a noção de substância primeira.
2. Com base no texto, explique os argumentos que mostram que a substância segunda não está num sujeito.
3. Esclareça a relevância do excerto no contexto global da obra.

TEXTO

11 – *Como podemos conhecer mais claramente a alma do que o corpo*

Ora, a fim de saber como o conhecimento que possuímos do nosso pensamento precede o do corpo, sendo incomparavelmente mais evidente, e de que maneira, ainda que o não fosse, teríamos razão para concluir que não deixaria por isso de existir tudo quanto existe, observaremos que é manifesto, por uma luz que se encontra naturalmente nas nossas almas, que o nada não tem qualidades ou propriedades que o afectem e que, onde nós nos apercebemos de algumas, se deve encontrar necessariamente uma coisa ou substância de que dependem. Esta mesma luz mostra-nos, também, que conhecemos tanto melhor uma coisa ou substância quanto nela maior número de propriedades notamos. Ora é certo que as notamos muito mais no nosso pensamento do que em qualquer outra coisa, tanto mais que nada há que nos incite a conhecer seja o que for e que não nos conduza, ainda com mais certeza, a conhecer o nosso pensamento. Se, por exemplo, me persuado de que há uma terra, por a tocar ou ver, por razão ainda mais forte, devo estar persuadido de que o meu pensamento é ou existe, porque pode suceder que eu pense tocar a terra, embora não haja talvez nenhuma terra no mundo, mas não é possível que eu, isto é, a minha alma, nada seja enquanto ela tem este pensamento. Podemos concluir o mesmo de todas as outras coisas que nos vêm ao pensamento, isto é, que nós, que as pensamos, existimos, embora elas sejam talvez falsas ou não tenham existência.

12 – *Da razão por que nem toda a gente conhece a alma desta maneira*

Aqueles que não filosofaram por ordem formularam outras opiniões sobre este assunto, porque nunca distinguiram, com bastante cuidado, a sua alma, ou seja, aquilo que pensa, do corpo, ou seja, o que é extenso em comprimento, largura e altura. Porque, ainda que não pusessem nenhuma dificuldade em crer que estavam no mundo, estando mais seguros disto do que de qualquer outra coisa, todavia como não levaram em conta que, para eles, quando se tratava de uma certeza metafísica, deviam considerar somente o pensamento, e que, pelo contrário, preferiam crer que era o corpo que viam com os olhos, tocavam com as mãos, e ao qual atribuíam, pouco a propósito, a faculdade de sentir, por isso não conheceram distintamente a natureza da alma.

Lisboa, Guimarães Editores, 1989, pp. 59-61

QUESTÕES

1. Explícite a argumentação do texto pela qual se mostra que a alma é conhecida com mais evidência do que o corpo.
2. Esclareça, com base no texto, a relação entre sentir e pensar.
3. Esclareça a relevância do excerto no contexto global da obra.

V.S.F.F.

TEXTO

Aqueles cuja doutrina é pacífica, cujos costumes são puros e sem falhas, que se mantenham no mesmo lugar que o resto dos cidadãos. Se as reuniões, as assembleias solenes, a celebração dos dias festivos, os sermões e os cultos públicos são permitidos aos outros, então que o sejam também, por igualdade de direitos, aos remonstrantes, aos anti-remonstrantes, aos luteranos, aos anabaptistas, aos socinianos. E até, se é permitido dizer o que é verdadeiro e o que fica bem ao homem em relação aos outros homens, que o pagão ou o maometano, ou o judeu não sejam excluídos do Estado por causa da religião. O Evangelho nada de semelhante ordena. Não o deseja a Igreja, que (I Cor. V, 12-13) não julga os estranhos; não o exige o Estado, que recebe e acolhe os cidadãos se forem honestos, pacíficos e trabalhadores. Permite a um pagão exercer, entre vós, o seu negócio e proíbe que ele reze e venere a Deus? Dais aos judeus casas e moradias privadas e recusais-lhes uma sinagoga? A sua doutrina é mais falsa, o seu culto mais vergonhoso, a sua solidariedade mais perigosa numa reunião pública do que nas suas residências privadas? E se isto se deve conceder aos pagãos e aos judeus, a condição dos cristãos não será mais dura no Estado cristão? Direis: estes são mais inclinados às facções, aos tumultos e à guerra civil. Responderei: mas a culpa é da religião cristã? Se assim fosse, a religião cristã seria, evidentemente, a pior de todas e indigna de ser professada por vós e tolerada pelo Estado. Se, com efeito, o génio e a natureza da religião cristã fossem de tal ordem que originassem o tumulto e a hostilidade à paz civil, a própria Igreja que o magistrado protege algum dia deixaria de ser inocente. Mas isto é muito difícil de dizer de uma religião inimiga da avareza, da ambição, das discórdias, das lutas e dos desejos terrenos, ela que é a mais modesta e mais pacífica de todas as religiões que existiram. Há que buscar, portanto, outra causa dos males que lhes são imputados; se virmos bem as coisas, a causa encontra-se na questão que tratamos. Não foi a diversidade das opiniões – que não se pode evitar – mas sim a recusa da tolerância, que poderia ter sido concedida aos que defendem diversas opiniões, que originou e produziu a maior parte das lutas e guerras de religião no mundo cristão: quando os chefes da Igreja, impelidos pela avareza e pelo desejo de mandar, excitavam e estimulavam de todos os modos contra os heterodoxos os magistrados muitas vezes impotentes devido à ambição e o povo sempre vão em virtude da superstição; e contra as leis do Evangelho, contra os conselhos da caridade, pregaram a espoliação e o extermínio dos cismáticos e heréticos; e misturaram duas coisas completamente diferentes: a Igreja e o Estado. Se, como acontece, os homens suportam impacientemente a sua privação dos frutos de um trabalho honesto e o tornarem-se – contra todo o direito humano e divino – a presa da violência e da rapina de outrem, sobretudo quando não cometeram erros e se trata de algo que não se refere rigorosamente ao direito civil, mas à sua própria consciência e à salvação da sua alma, de que só cada um dará contas a Deus; que outra coisa se pode esperar a não ser que os homens, descoroçados pelos males que os oprimem, se persuadam finalmente de que é permitido rejeitar a violência pela violência e defender, por todos os meios ao seu alcance, os direitos que lhes foram concedidos por Deus e pela natureza, e que não podem ser perdidos por causa da religião mas por causa do crime?

Lisboa, Edições 70, 1996, pp. 121-122

QUESTÕES

1. Explique, de acordo com o texto, a causa da maior parte das lutas no mundo cristão.
2. Enuncie os argumentos com que no texto é defendida a tolerância entre os cristãos.
3. Esclareça a relevância do excerto no contexto global da obra.

TEXTO

36 – Deus é o monarca da mais perfeita república, composta de todos os espíritos, e a felicidade desta cidade de Deus é o seu principal desígnio.

Com efeito, os espíritos são as substâncias mais perfeccionáveis, e as suas perfeições têm a particularidade de se estorvarem o mínimo entre si, ou antes, de se entreatudarem, pois só os mais virtuosos poderão ser os mais perfeitos amigos: donde se segue manifestamente que Deus, que procura sempre a máxima perfeição em geral, terá o maior cuidado dos espíritos e dar-lhes-á não só em geral, mas até a cada um em particular, o máximo de perfeição que a harmonia universal pode permitir. Pode até dizer-se que Deus, enquanto espírito, é a origem das existências; de outro modo, se não tivesse vontade de escolher o melhor, não haveria razão para que um possível existisse de preferência a outros. Assim, a qualidade que Deus tem de ele próprio ser espírito antecede as demais considerações que pode ter a respeito das criaturas; só os espíritos estão feitos à sua imagem, quase da sua raça ou como que filhos da casa, pois só eles o podem servir livremente e agir com conhecimento por imitação da natureza divina: um só espírito vale por todo um mundo, porque não só o exprime, mas também o conhece, e nele se governa à maneira de Deus. De tal modo que parece, embora toda a substância exprima todo o universo, que as outras substâncias exprimem antes o mundo que Deus, ao passo que os espíritos exprimem melhor Deus que o mundo. E esta natureza tão nobre dos espíritos, que os aproxima da divindade tanto quanto é possível às simples criaturas, faz que Deus tire deles infinitamente mais glória que do resto dos seres, ou antes, os outros seres fornecem apenas a matéria aos espíritos para o glorificar. E, por isso, esta qualidade moral de Deus, que o torna senhor ou monarca dos espíritos, diz-lhe respeito, por assim dizer, pessoalmente de um modo muito singular. É nisto que ele se humaniza, que tolera antropologias e entra em sociedade connosco, como um príncipe com os seus súbditos; e esta consideração é-lhe tão cara que o estado feliz e florescente do seu império, que consiste na maior felicidade possível dos seus habitantes, se torna a sua suprema lei. Pois, a felicidade é para as pessoas o que a perfeição é para outros seres. E se o primeiro princípio da existência do mundo físico é o decreto de lhe dar a maior perfeição possível, o primeiro desígnio do mundo moral ou da cidade de Deus, que é a parte mais nobre do universo, deve ser o de nele difundir o máximo de felicidade que seja possível.

Lisboa, Edições 70, 1985, pp. 86-87

QUESTÕES

1. Fundamente no texto a relação do princípio de razão suficiente com o princípio do melhor.
2. Justifique, com base no texto, a superioridade das substâncias espirituais.
3. Esclareça a relevância do excerto no contexto global da obra.

V.S.F.F.

114/9

TEXTO

Dever é a necessidade de uma acção por respeito à lei. Pelo objecto, como efeito da acção em vista, posso eu sentir, em verdade, *inclinação, mas nunca respeito*, exactamente porque é simplesmente um efeito e não a actividade de uma vontade. De igual modo, não posso ter respeito por qualquer inclinação em geral, seja ela minha ou de um outro; posso, quando muito, no primeiro caso, aprová-la, e, no segundo, por vezes amá-la mesmo, isto é, considerá-la como favorável ao meu próprio interesse. Só pode ser objecto de respeito e, portanto, mandamento aquilo que está ligado à minha vontade somente como princípio e nunca como efeito, não aquilo que serve à minha inclinação, mas o que a domina ou que, pelo menos, a exclui do cálculo na escolha, quer dizer, a simples lei por si mesma. Ora, se uma acção realizada por dever deve eliminar totalmente a influência da inclinação e com ela todo o objecto da vontade, nada mais resta à vontade que a possa determinar do que a *lei* objectivamente, e, subjectivamente o *puro respeito* por esta lei prática, e, por conseguinte, a máxima que manda obedecer a essa lei mesmo com prejuízo de todas as minhas inclinações.

O valor moral da acção não reside, portanto, no efeito que dela se espera; também não reside em qualquer princípio da acção que precise de pedir o seu móbil a este efeito esperado. Pois todos estes efeitos (a amenidade da nossa situação, e mesmo o fomento da felicidade alheia) podiam também ser alcançados por outras causas, e não se precisava, portanto, para tal da vontade de um ser racional, na qual vontade – e só nela – se pode encontrar o bem supremo e incondicionado. Por conseguinte, nada senão a *representação da lei* em si mesma que, *em verdade, só no ser racional se realiza*, enquanto é ela, e não o esperado efeito, que determina a vontade, pode constituir o bem excelente a que chamamos moral, o qual se encontra já presente na própria pessoa que age segundo esta lei, mas não se deve esperar somente do efeito da acção.

Mas que lei pode ser então essa, cuja representação, mesmo sem tomar em consideração o efeito que dela se espera, tem de determinar a vontade para que esta se possa chamar absolutamente boa e sem restrição? Uma vez que despojei a vontade de todos os estímulos que lhe poderiam advir da obediência a qualquer lei, nada mais resta do que a conformidade a uma lei universal das acções em geral que possa servir de único princípio à vontade, isto é: devo proceder sempre de maneira a que *eu possa querer também que a minha máxima se torne uma lei universal*.

BA 14-17, Lisboa, Edições 70, 1992, pp. 31-33

QUESTÕES

1. Distinga, com base no texto, «objecto de inclinação» de «objecto de respeito».
2. Relacione, a partir do texto, lei moral e racionalidade.
3. Esclareça a relevância do excerto no contexto global da obra.

GRUPO II

- Seleccione **apenas uma** das obras que lhe são propostas e desenvolva o tema anexo.
- Apresente um plano organizador.
- A não identificação do tema e da obra implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.
- A opção por um par obra-tema diferente dos que são apresentados na prova implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.
- Na sua resposta deverá utilizar aproximadamente 80 linhas (cerca de 640 palavras).

OBRAS	TEMAS
O MESTRE, Santo Agostinho	A eficácia do ensino
PROSLOGION, Santo Anselmo	Limites da inteligência humana
O SER E A ESSÊNCIA, São Tomás de Aquino	Essência e existência das substâncias
REDUÇÃO DAS CIÊNCIAS À TEOLOGIA, São Boaventura	Finalidade do conhecimento
INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA FILOSOFIA, G. W. F. Hegel	Liberdade do pensar e origem da filosofia
TENDÊNCIAS GERAIS DA FILOSOFIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX, Antero de Quental.....	Estatuto da filosofia científica da natureza
A ORIGEM DA TRAGÉDIA, F. Nietzsche.....	Limites do «optimismo teórico» e renascimento do trágico
DA CERTEZA, L. Wittgenstein	Jogo de linguagem e significação
ELOGIO DA FILOSOFIA, M. Merleau-Ponty	O filósofo e o Absoluto
OS PROBLEMAS DA FILOSOFIA, B. Russell	Natureza do conhecimento <i>a priori</i>
PROBLEMÁTICA DA SAUDADE & ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA CONSCIÊNCIA SAUDOSA Joaquim de Carvalho	Consciência teórica e consciência saudosa
SOBRE A ESSÊNCIA DA VERDADE, M. Heidegger	A verdade como correcção
TEORIA DA INTERPRETAÇÃO, P. Ricoeur	Discurso e mundo

FIM

V.S.F.F.

114/11

COTAÇÕES

GRUPO I

1. e 2. (2 × 25 pontos)..... 50 pontos

3. (1 × 70 pontos)..... 70 pontos

GRUPO II

..... (1 × 80 pontos)..... 80 pontos

TOTAL 200 pontos